

Sarney assina decreto secreto e PDS o leva a quebrar sigilo

Brasília — O decreto secreto que o Presidente em exercício José Sarney assinou dia 19 último foi “um equívoco administrativo”, segundo explicou o Chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, depois que o fato foi denunciado em um programa de televisão pelo líder do PDS, Deputado Prisco Vianna.

O Ministro do Serviço Nacional de Informações, General Ivan de Souza Mendes, apressou-se também a divulgar o teor do decreto reservado, publicado dia 20 sob o nº 13. Ele revogou o decreto secreto anterior que tornava privativo de Generais-de-Brigada os cargos de chefe das agências do SNI no Rio e em São Paulo e a subchefia da Agência Central em Brasília. Tais cargos agora podem ser ocupados por qualquer oficial superior.

A explicação

Segundo José Hugo Castelo Branco, o “equívoco administrativo” foi do funcionário encarregado de redigir o documento: como ele se referia a decreto secreto anterior, ele manteve a característica de reservado no novo decreto.

“Houve apenas a manutenção de um vício do regime anterior que será corrigido imediatamente com a divulgação ostensiva do documento”, segundo informação da Secretaria de Imprensa e divulgação da Presidência. A revogação do

decreto secreto só não foi feita já porque o documento “precisa receber nova numeração”.

A Secretaria de Imprensa garantiu que o Presidente em exercício continua assinando apenas os decretos e nomeações decididas pelo Presidente Tancredo Neves. E informou que pela manhã Sarney conversou com o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, com José Hugo Castelo Branco e com a Secretária Particular de Tancredo, D. Antônia, que conhece a maior parte das decisões que o Presidente havia tomado antes da cirurgia a que se submeteu.

A denúncia

“A Nova República continua usando os instrumentos da Velha República”. A denúncia foi feita pelo líder do PDS na Câmara, Prisco Viana, domingo num programa de televisão, e surpreendeu o líder do PMDB, Pimenta da Veiga, que também participava do mesmo programa. O instrumento da Velha República usado pela Nova era justamente um decreto secreto assinado no último dia 19 pelo Presidente em exercício José Sarney.

Ontem, no Congresso Nacional, Pimenta explicava que o decreto publicado no **Diário Oficial**, como reservado, revo-

gava outro, do mesmo teor, de 11 de dezembro de 1980, determinando que só generais poderiam ter acesso a alguns cargos da alta chefia do SNI. O decreto assinado por Sarney estendia o privilégio para os oficiais superiores em geral.

— Ou seja, o fim é perfeito, mas o meio retrógrado — acentuava Pimenta, jurando que o PMDB combaterá “maus usos” desse tipo.

O PDS demonstrou sua brava atenção com os possíveis maus usos dos velhos instrumentos da antiga República. O 1º-Secretário, Haroldo Sanford (CE), usou a tribuna do plenário da Câmara para denunciar e cobrar a assinatura de Sarney “no tal primeiro decreto secreto desta Nova República”. E, muito à vontade como oposição, condenou os atos de exceção em nome da segurança nacional do “estado militar anterior a 15 de março”. Classificou-os de “lepra insidiosa importada dos Estados Unidos” e juntou à mesma cobrança a questão do decreto-lei que criou três Ministérios, também assinado por Sarney.

Depois finalizou: “Não acredito que a Nova República queira exalar podridão como a podridão que se exalou neste 20 anos”. E classificou sua denúncia como “a maneira mais correta de cooperar com este Governo que se implanta.”